



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: EDIR SALES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 29-05-19

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Boa tarde a todos. Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. Essa é a 7ª Audiência da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, com a presença dos Srs. Vereadores: Celso Giannazi, Milton Ferreira, Gilberto Natalini e Juliana Cardoso.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde e Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 7ª Audiência Pública do ano 2019, convocada para, hoje, dia 29 de maio.

Essa Audiência Pública foi convocada em cumprimento ao disposto no Art. 36 da Lei Federal Complementar 141 de 2012 e tem por escopo a prestação de contas das ações e execução orçamentária da Secretaria Municipal da Saúde, referente ao primeiro quadrimestre de 2019.

Informa que essa audiência pública é transmitida no portal da Câmara Municipal de São Paulo www.saopaulo.sp.leg.br Link, auditórios online.

A palavra será dada, primeiramente, ao Secretário Municipal da Saúde, a Secretaria municipal Adjunta da Saúde, para fazer a prestação de contas. Em seguida os vereadores e demais autoridades da Mesa, farão uso da palavra, principalmente, o público aqui presente. Vamos intercalar: um vereador e uma pessoa do público.

Para compor a Mesa, convido os Srs. Edson Aparecido, Secretário Municipal da Saúde; Leandro de Oliveira, Coordenador da Comissão Executiva do Conselho Municipal da Saúde. (Palmas)

Agora iniciamos a nossa audiência pública de prestação de contas do primeiro quadrimestre da Secretaria da Saúde, passando a palavra ao Sr. Secretário Municipal da Saúde, Edson Aparecido.

Antes, porém, tem a palavra, pela ordem, a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sra. Presidente, acredito, que só combinar um pouco, aqui com pública. As inscrições para falar já estão abertas, mas que, tanto as pessoas que estão na fila para falar, quanto ao Secretário, façam seus diálogos o mais rápido possível.

Para podemos ouvir todos, porque às 15hs. encerra. Eu, poderia ficar aqui muito tempo ouvindo, mas acho que até para ter o respeito com o próximo que veio aqui, saiu do seu bairro para poder falar, a gente dialogar e a mesma coisa solicitando para o Sr. Secretário, também, ser rápido, é claro, que prestação de contas é sempre intensa, mas o fato é que vai ser entregue e a população também quer dialogar um pouquinho com ele sobre isso. Então é a minha sugestão. Obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Exatamente, assiste razão a nobre Vereadora Juliana Cardoso está aceita a sua sugestão.

Com a palavra o Sr. Edson Aparecido, Secretário Municipal da Saúde.

O SR. EDSON APARECIDO – Boa todos a todos. Inicialmente cumprimento os membros da mesa, nobre Vereadora Edir Sales, Presidente desta Comissão, Vereadora. Juliana Cardoso e Vereadores: Gilberto Natalini, Celso Giannazi e Milton Ferreira. Cumprimentar, também, todas as entidades presentes. Da sociedade Civil na figura do Sr. Leandro, nosso Secretário Geral do Conselho Municipal de Saúde.

Vou procurar então fazer nesse tempo, também concordo, acho que o mais importante é poder elucidar dúvidas e responder, eventuais questionamentos.

- Apresentação de slide.

O SR. EDSON APARECIDO – Esse é o primeiro slide que mostra aquilo que era a previsão inicial do Orçamento, aqui embaixo 41 bilhões 875 milhões, que foi atualizado mantendo-se o mesmo número. As receitas obtidas nesse primeiro quadrimestre pelo Município são 16 milhões 430. Então, portanto, 39,24% daquilo que se imaginava.

Aqui são os recursos das aplicações na área da saúde. Embaixo, a dotação inicial da Saúde de 8 bilhões e 13 milhões. Depois ela atualizada. O que foi empenhado, e o que nós já liquidamos nesse primeiro quadrimestre. Portanto, não só, nós mantivemos uma média superior a do ano passado do que foi empenhado, como também do que foi liquidado. Com isso, com 15,65%, estamos cumprindo aquilo determina a Legislação.

Aqui as aplicações, repete um pouco a lista anterior, como eu disse, cumprindo na

primeira etapa os 15,65% do que estabelece a Lei 41 de 2012 e a mesma coisa que foi empenhado.

Aqui é a execução orçamentária, em cada um dos nossos órgãos. O que estava previsto, inicialmente, o que foi atualizado, o que foi empenhado, que foi liquidado, o que foi pago e aquilo, então, que teve de execução orçamentária. Então se vocês forem ver, conseguimos manter uma média bastante importante, tanto do fundo, como da Autarquia e também do HSPM, totalizando aí 51,78% nesse primeiro quadrimestre, o que é uma margem comparada com outros anos, conseguimos elevar um pouco essa margem, o que é bastante importante. Hoje estamos tendo uma capacidade de execução dos recursos da Secretaria mais rápida.

Aqui a execução orçamentária também por fontes. A do Tesouro, então repete um pouco aquilo que estava no slide anterior. Estamos cumprindo 51,76%. Na área Federal mantivemos 54,58%. Repasse na área Federal agora começa o efeito das emendas, sobretudo aquelas impositivas, que são a emendas coletivas de 20 milhões para custeio da Secretaria. Que nós conseguimos para esse ano. A Secretaria de Saúde nunca havia conseguido uma verba tão representativa de emenda impositiva da bancada de São Paulo, e aí todos os parlamentares, de todos os partidos ajudaram muito nisso. Os Repasses do Estado, não tivemos nenhum até agora, e perfazemos um total de execução orçamentária por fonte, na média superior a 50%.

Aqui um quadro que mostra, aliás, aquilo que eu falei um pouco na Conferência Municipal de Saúde, que era fundamental, Vereador Natalini, que houvesse uma discussão estratégica por parte de todos nós, fosse governo, movimentos sociais para que de maneira única, pudesse empenhar nos Repasses para à Saúde na cidade de São Paulo. Temos hoje no primeiro quadrinho é 77% é recurso da Prefeitura, vamos chegar ao final do ano, ao que chegamos ano passado 80%. Os repasses da área Federal 21%. Isso vai cair até o final do ano, e deve chegar às 18, 19%. Vocês vão ver depois, em outra tela, já chegou a ser 27% o repasse do Governo Federal para São Paulo. A do Estado, 0,2% repasse para a Prefeitura.

Esse que eu digo comparativo, se forem ver o que a gente tinha de União, por exemplo, em 2008 depois 2013, 24, 27, 25 e, hoje, estamos chegando 19 a 21 que vai cair. Decresce e chegamos a 19%.

Parte significativa do custeio da Saúde São Paulo 80% é recurso do Tesouro da Prefeitura. A execução orçamentária tanto pela Secretaria do Fundo Municipal, pelos hospitais, pelas coordenadorias, autarquia municipal, o Hospital do Servidor. O que perfaz também é aquela média que nós já apontamos, quer dizer, superior aí a 50% daquilo que tínhamos que executar nesse primeiro quadrimestre.

Por essa média, seguramente, vamos cumprir aquilo que se deu também, no ano passado, que foi o orçamento que já mostramos.

Aqui, novamente, são as transferências voluntárias da união e dos outros blocos de financiamentos. Vocês podem ver os percentuais bastante tímidos.

Depois, inclusive, à apresentação por escrito e por *pen drive* nós vamos colocar para à comissão e à disposição dos senhores.

No detalhamento das despesas, vocês podem ver aí da administração direta, da Autarquia, do Hospital do Servidor, área com contratos e convênios, prestadores de SUS, materiais médico-hospitalares, medicamentos, investimentos que perfazem todo esse total aqui. Administração direta nesse valor, autarquia, Hospital Servidor. Então no final 5 bilhões 637 milhões ao longo do ano. Estamos conseguindo, em cada uma delas, manter um nível de execução no conjunto da Secretaria bastante razoável.

Na área de medicamentos, a mesma coisa. Execução orçamentária por grupo de despesas. Zero, zero, fonte do Tesouro. Da Administração direta, da Autarquia do e do Hospital perfazendo esses totais.

Na área de medicamentos, material médico e medicamento. Um pouco, para que conseguíssemos ter um melhor mecanismo de compra e distribuição de remédios, nós acabamos de formular um plano diretor de assistência na área de medicamentos. Isso vai nos permitir fazer uma reorganização de todo o sistema de compra e de distribuição de insumo e de

remédios na Secretaria que é uma coisa muito antiga. Muito ultrapassada a forma com que ela é feita hoje. Quase tudo chegando à beira do desabastecimento para ter uma compra extremamente elevada.

A lógica que vamos ter agora é de que a gente façamos compras regulares num período menor de tempo. Hoje, a Secretaria paga a logística de medicamento pelo espaço físico que ela aluga. Não queremos mais isso. Queremos pagar os serviços pela qualidade e pela rapidez que o medicamento e o insumo vai ser distribuído na rede. Uma coisa bastante importante.

Aqui as entidades, as organizações sociais nesse primeiro quadrimestre importante salientar. Importante salientar que nós fizemos uma renegociação de contrato, que vai perfazer uma economia de 204 milhões na Secretaria, além de um ajuste de 15% nas OS, utilizando os recursos que eles tinham depositado. Eles nos deram desconto sem comprometer a assistência, o que foi algo bastante importante. Fizemos a revisão de contrato de 2016, de 2017 e de 2018 com uma economia de 92 milhões de reais.

Esta é a continuidade daquela primeira tela e aqui também os contratos de gestão e os convênios gerenciados. Há um trabalho feito em conjunto com a Secretaria de Governo, com a de Fazenda e com outras Secretarias, além da Controladoria, de uma série de medidas que vamos tomar no sentido do controle das contas das Organizações Sociais.

Fizemos um acordo com o Ministério Público Federal, extremamente importante nesse aspecto. Então, estamos avançando não somente no ponto de vista do controle de números, da qualidade, dos indicadores, mas também na reformulação de mecanismos de controle dos recursos que são utilizados pelas OS.

Aqui os nossos prestadores nas mais variadas áreas. Estamos reformulando também uma série de protocolos dentro da Secretaria, que devemos discutir com o Conselho Municipal e depois com esta Casa. Não é matéria de projeto de lei, mas é matéria extremamente importante, porque, com isso, vamos racionalizar serviços, protocolos que são muito antigos na Secretaria, que não levam em conta a realidade epidemiológica da Cidade.

Vamos apresentar isso no Conselho Municipal e também nesta Casa.

Esta é a composição da Secretaria, que vocês todos já conhecem, com todos os serviços que nós temos na Administração Direta e todos aqueles que são conveniados, num total de estabelecimentos que nós temos, que somam 801.

Este é o histórico da evolução nos anos, incluindo o ano de 2019, na consulta médica na atenção básica, na consulta em atenção básica excetuando-se a urgência, na consulta médica de urgência na atenção básica e dos números na atenção especializada e na urgência e emergência. Ao final dos números de 2019, vocês verão que estão multiplicados pelos quadrimestres do ano, chegando-se, aproximadamente – ultrapassando um pouco ou ficando um pouco abaixo – do conjunto de atendimentos que tivemos no histórico do ano.

Esta foi um pouco da ampliação que houve nos serviços no final do ano passado, em dezembro, e agora nesses primeiros seis meses: serviços de emergência odontológica 24 horas em Santo Amaro; ampliação dos serviços de urgência para toda a Coordenadoria da Sul; três consultórios odontológicos, com dois plantonistas em saúde bucal por 12 horas; plantonista em saúde bucal por 24 horas, tudo com uma capacidade total de atendimento de 2.160 consultas/mês. No final de março, foram estes os números: 1.808 consultas; 2.855 procedimentos.

Fizemos um acordo com a Uninove, através do sistema do COAPs. Estamos reformulando todas as universidades e faculdades que usam os equipamentos públicos como campo de estágio. Para se ter uma ideia, tínhamos um histórico de 170 vagas. Neste ano, pulamos para 1.080 vagas/mês, fruto de um acordo que a Uninove fez conosco para atendimento na área de saúde bucal.

Esses são os números gerais, já que temos uma parceria importante com a Secretaria da Educação e pudemos fazer o atendimento de crianças matriculadas nessa ordem na nossa Secretaria.

Fizemos também a implantação do serviço de referência de mama, cujo objetivo central era o acesso de diagnóstico precoce e o tratamento oportuno para que pudéssemos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17548

DATA: 29/05/2019

FL: 7 DE 36

obter a redução de mortes. Pegamos várias unidades nossas que estavam subutilizadas e concentrarmos esse serviço, implantamos esses novos centros em toda a Cidade, nestes locais que vocês podem ver aqui.

Para se ter uma ideia, tínhamos uma média de 398 consultas e 52 procedimentos. No primeiro trimestre de 2019, essa média saltou para 1.432 consultas, além de 181 punções e biópsias.

A fila de espera para a primeira consulta antes de outubro era de 2.265 pessoas; já em maio, a fila de espera era de 251 pessoas. Para a Mastologia, o tempo médio para consulta era de 154 dias, que foi reduzido para 54 dias, e o Plano de Metas estabelece que a redução seja para 30 dias. Finalizando essa área, estes são os números finais. De janeiro a setembro de 2018, nove meses, nós tínhamos este quadro: só nos meses de janeiro, fevereiro e março, saltamos para 1.432, divididos na Cidade daquela maneira.

Com a revisão dos contratos de 2016, 2017 e 2018 das OS, encontramos 92 milhões que elas tinham que devolver para a Secretaria. Propusemos que eles não devolvessem o dinheiro, mas, com os novos equipamentos que íamos inaugurar, cujas obras estavam paralisadas, nos ajudassem a implantar os serviços nas unidades. Então, com esses 92 milhões, sem gastar dinheiro novo, fizemos a implantação do serviço. Inauguramos nove UBS novas: Três Pontes, Nascer do Sol, Heliópolis, Interativa, Vila Ema, Parque das Nações, São Carlos, Encosta Norte, Jardim Colombo. Mais cinco UBS com novas instalações: Esperança, Nicolau, República, Cambuci e Nova São Miguel. Ainda vão ser entregues as seguintes UBS: Anchieta, Jardim Lucélia, Jova Rural e Fontalis – a última ainda de madeira, que vai ser entregue em agosto. Até outubro, serão inauguradas as seguintes UPAs: Tito Lopes, Pirituba, Perus, Ermelino e a Júlio Tupy e, em novembro, a São Luiz Gonzaga, no Jaçanã.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Em novembro. A obra estava parada há anos e vai ser entregue em novembro.

As outras seis UPAs, cujos esqueletos estavam abandonados na Cidade, Vila Mariana, Cidade Tiradentes, Parelheiros, City Jaraguá, e mais duas, nós colocamos no BID, cujo contrato foi assinado no dia 19, em Washington. Então, das outras seis UPAs, os esqueletos que estavam abandonados, iniciaremos as obras no segundo semestre.

Houve aumento da equipe do Saúde da Família, e estamos rediscutindo com o Ministério. Inclusive na semana que vem nós estaremos com o Ministro para que S.Exa. faça uma recomposição dos recursos de média e alta complexidade. Nós temos 180 milhões de reais para receber do Ministério da Saúde. Houve também aumento da equipe de NASF.

Implantamos dez novos CAPS na Cidade, reclassificamos mais cinco e fizemos a abertura – estamos em processo de implantação – do Tiradentes e o Princesa Isabel, que será o primeiro CAPS IV do Brasil, com aumento do número de vagas. O mesmo no serviço de terapia: nove foram entregues e 11 ampliados com 110 vagas. Aqui, inclusive, atendemos ao TAC de Sorocaba, que não tinha nada a ver com o Município, mas nós arrumamos cem vagas para atender nesse caso.

Sobre a questão do serviço do idoso, nós assinamos uma portaria no final do ano passado, o que nos está permitindo fazer uma ampliação do Serviço Integrado do Idoso, com implantação de novas salas para tratamento exclusivo do idoso em todas as nossas UBS. Vamos chegar ao meado do ano que vem com 464 UBS com serviço novo de atendimento ao idoso.

Nós estamos agora em execução, terminando as obras de manutenção e reforma. São 46 UBS, 10 AMAs, 2 UBS, 2 AMAs, 4 CAPS, 3 Ceccos e 15 outros equipamentos. São 82 que já foram iniciados e serão entregues no início do segundo semestre. Iniciamos também a reforma em mais 181 unidades, incluindo aquelas que estão sob empréstimo do BID, cujo contrato será assinado pelo Prefeito no dia 19.

Esta foi uma das reformas feitas na Antonieta, na Sul.

Sobre o serviço de vigilância, há duas coisas importantes: alcançamos todos os índices de vacinação na Cidade e temos a destacar a questão, primeiramente, do sarampo.

Com todo o trabalho, desde outubro do ano passado, alcançamos o índice de 95% de vacinação. No primeiro trimestre, houve oito casos, incluindo o da família judia, com cinco pessoas acometidas, nenhum vacinado – um deles, um rapaz, trouxe sarampo de Israel –, o da Ilha de Malta e o da Noruega. Nenhum deles era vacinado. Só houve um caso, de um professor universitário, que não era vacinado, na Vila Mariana, que pegou sarampo, mas conseguimos atendê-lo e curá-lo rapidamente. No último final de semana, surgiram mais seis casos que estamos identificando de forma mais precisa como vamos resolver.

A campanha da influenza, estamos fazendo, está em curso.

Da febre amarela, a mesma coisa. A cobertura está em 80,7%. É que há muitas pessoas que se vacinaram antes de 1998, já são imunizadas e não entram nessa contabilidade. Portanto, chegamos ao índice de imunidade da Cidade.

Aqui, a destacar: para todo trabalho feito, há um índice, um coeficiente de incidência. Na cidade de São Paulo, a de dengue é de 73,9 casos para cada cem mil habitantes. Em São Paulo, 330 casos; no Brasil, 367 casos. Só na cidade de Bauru foram 12 mil casos de dengue. Fizemos um trabalho educativo na nossa rede, cujos números são mostrados logo em seguida. Foram quatro dias de mobilização de toda a rede, com 80 mil profissionais da saúde envolvidos e 732 mil ações de eliminação de criadouro, 11 mil pontos estratégicos visitados, 140 mil nebulizações e uma parceria feita com a Sabesp.

Aqui os números gerais, que também estão na apresentação.

Na área de animais, mantivemos o índice de castração e estamos agora fazendo a licitação para o novo hospital veterinário, além dos dois que já existem, o da zona Norte e o da zona Leste. Vamos licitar agora o hospital veterinário da zona Sul e entregar cinco veículos castramóvel na Cidade, algo bastante importante. Além disso, iniciamos, na última semana, uma campanha de adoção de animais na Cidade.

Na autarquia, os números gerais são esses. Fizemos um conjunto de reformas importantes nos nossos vários hospitais. Assinamos, com a Caixa Econômica Federal, 60 milhões de repasse, valor que já está na conta da Secretaria – a Siurb está licitando o projeto

executivo da reforma do Hospital de Itaquera, Pirituba, Jabaquara e Ermelino Matarazzo. Os PS desses quatro hospitais serão reformados: serão 60 milhões da Caixa Econômica, cujo contrato foi assinado no dia 28 de dezembro.

Este daí é um pouco o quadro de como fomos melhorando a estrutura.

Hospital do Servidor. Na apresentação, vocês vão receber um conjunto de dados, como o número de atendimentos, que é gigantesco. É isso que fizemos desde a entrada do Zamarco no HSPM. O Prefeito já liberou e amanhã, na JOF, aprovaremos a reforma do pronto-socorro, com recurso de 13 milhões, sendo que 2,9 milhões serão descongelados. O grande desafio nesse hospital será separar o atendimento ao servidor do atendimento à população. Hoje, o pronto-socorro atende 40% de servidores e 60% de munícipes. Vamos reformar o prédio do pronto-socorro, vamos subir estacas de ferro laterais, construir dois andares, transferir o PS de Pediatria, que vai descer, e, naquele prédio vai ficar o atendimento do pronto-socorro exclusivamente para o servidor público e a Pediatria. Do lado de onde hoje está a Pediatria, vamos abrir uma UPA 3, com portão separado para a rua para atender à população.

O recurso já está liberado, vai ser aprovado amanhã pela JOF, e o processo será iniciado; no caso da reforma, a obra inclusive já está licitada. Além disso, estamos destacando dois milhões para a implantação de 20 leitos de UTI e vamos fazer a mudança de dois andares dentro do hospital. Já contratamos o serviço de emergência da empresa, que, durante os seis meses da obra de reforma do pronto-socorro – que vai custar seis milhões e também já está liberada pelo Prefeito – vai servir as refeições aos funcionários, aos pacientes e aos acompanhantes por um custo 3,8 milhões. O restaurante será interditado, e essa empresa, durante seis meses, vai fornecer a refeição para todo mundo até que a reforma – que além de física é estrutural, pois todos os equipamentos serão trocados – seja entregue.

Esse é o cronograma. Como a reforma do pronto-socorro já está licitada, a obra começará imediatamente. A da UPA, é um mecanismo mais rápido e também vai começar imediatamente. Acreditamos que, findando o início desse processo, vamos fazer uma das

coisas mais importante no Hospital do Servidor: separar o atendimento ao servidor do atendimento ao munícipe. Esse é o primeiro grande desafio que temos ali.

Finalmente, para terminar, a Comissão tripartite – Câmara, funcionários, sindicato – fez uma visita a todos as unidades dos nossos postos do SAMU. O relatório final, eu passo para a Comissão. Contra os problemas identificados, vamos iniciar uma série de ações para retificar, ratificar e corrigir os erros.

Queria também colocar o relatório da comissão que a Câmara fez parte.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Muito obrigado, Sr. Secretário.

Com os Vereadores na Mesa, vou colocar em votação e ouvimos primeiro a população que está aqui presente, prestigiando-a. Como votam os Srs. Vereadores?

O SR. NATALINI – Eu concordo.

O SR. MILTON FERREIRA – Plenamente. A população vem aqui uma vez a cada quatro meses. Eles têm que falar. Eles que sentem, na pele, o que está acontecendo.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – A primeira a falar é a Sra. Maria do Socorro Alves, do Nossa Sonho, Itaquera.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Boa tarde, Mesa. A gente vem da Leste, acreditando que vamos ser escutados. A turma não dá nem a mínima. Eu sou conhecida por Dona Socorro Itaquera. Sou política pública, controle social e eu atuo numa periferia completamente largada e esquecida. A única coisa que nós temos lá - por enquanto, eu não tenho o que falar - é o AMA, UBS, PSF e URS. São três equipamentos para a multidão. Não se esqueçam de que nós estamos envelhecendo. Só quem não fica velho são os Vereadores, Deputados, pessoas de dinheiro. Trinta e oito por cento são idosos, 17% são pessoas especiais e ficam 45% para crianças e idosos, e jovens. Aí eu pergunto: “Não correspondia a URS? Só vai ficar em Itaquera? E o CRI, que está no orçamento, que não deram resposta? Qual hospital de Itaquera investiram? É o Planalto? Será que vai ser realizado ou a Saúde é só isso? Não há prevenção? O conjunto que eu atuo é CDHU.

Foi falado muito pouco da dengue. Há um terreno largado. Já houve no CDHU, com dez mil metros quadrados. Há sim uma cracolândia e uma área que é depósito de lixo e desova. Quer dizer, nós não existimos? A Prefeitura lá não faz nada. Eu não vim aqui para passar a mão na cabeça de ninguém. Eu vim aqui para cobrar de V.Exas., porque os idosos votam. Nós não morremos. Estamos vivinhos da silva. Entendeu? Quem me conhece sabe que eu não mando recado. Eu falo. Tenham um olhar mais humano e com dignidade para nós; Cidade AE Carvalho.

Obrigada, (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra a Sra. Selma Maria dos Santos.

A SRA. SELMA MARIA DOS SANTOS – Boa tarde a todos. Sou Selma, do segmento trabalhador, Conselho Municipal de Saúde.

Sr. Secretário, gostaria de passar para V.Exa. algumas ocorrências em questão à Atenção Básica de Saúde dentro dos hospitais, das autarquias. Esse Conselho Municipal de Saúde, com os seus conselheiros e conselheiras, fomos fazer uma visita na semana passada e esta. No Hospital Ermelino Matarazzo, V.Exa. colocou aqui que foi feita uma reforma. Não foi feita reforma alguma, foi apenas uma adequação. Nós estivemos lá e verificamos cada uma. Uma peça da caldeira custou 8,3 mil reais. Agora vamos para o Tide. No Tide, as coisas são mais difíceis ainda para nós, que somos mulheres. Em oito mulheres, foram implantados anticoncepcionais com datas vencidas, que saíram da Secretaria direto para o centro cirúrgico, onde foi feito isso. Outra questão: Recentemente a equipe médica, ao fazer uma histerectomia, numa paciente mulher, foi perfurada a sua bexiga. Recentemente uma mulher de 24 anos foi dar a luz e, em menos de 24 horas, essa mulher foi a óbito, deixando três crianças órfãos. Sabem o que aconteceu, gente? Lá são três, nós, da direta, Sejam e SPDM, e quem fez a sujeira foi a Sejam. Ela fez o parto, deixou resto de parto e essa paciente passou para nós, que nós assumimos - falo nós porque eu sou população, sou e sou funcionária público - e a Sejam quer tirar o seu corpo fora. Recentemente, no Hospital Vermelhinho, chegou uma paciente com

uma patologia, e os médicos a desdenharam e a paciente foi a óbito. Então, os senhores estão vendo o número de mulheres violentadas, na plena juventude, morrendo.

Nesta comissão, pedimos para que a nossa Presidente tenha uma olhar para a gente. Isso não pode acontecer. Mais outro, para finalizar. No STS Santana-Mandaqui, sabem o que está acontecendo? O Governo, em comum acordo com o Governo do Estado Doria, fechou o pronto-socorro do Mandaqui, e a população está indo para os AMAs, para atender à urgência e emergência. Isso é um absurdo, e já houve um óbito lá.

Muito obrigada. Vamos ter Vereadores e Vereadoras um olhar para a nossa população. Basta de violência contra as mulheres. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Isso mesmo. Concordo com a senhora plenamente. Basta de violência contra as mulheres. Isso mesmo.

Acabou de chegar agora a Vereadora Noemi Nonato.

Tem a palavra o Sr. Ângelo D'Agostin Júnior.

O SR. O SR. ÂNGELO D'AGOSTIN JÚNIOR – Boa tarde a todos. Meu nome é Ângelo. Eu estou hoje aqui falando em nome do Movimento Popular de Saúde do Centro, e achamos que há uma questão hoje grave, que ocorreu na região do Centro, em especial na Unidade Básica de Saúde do Cambuci, com relação ao controle social, às eleições do conselho gestor de lá, coisa que é extremamente grave, até porque a gente acha que os diversos mecanismos de controle e de transparência se juntam. Os conselhos são extremamente importantes, inclusive, por meio de informações como essas, para poder acompanhar e se ver o que acontece. Lá precisou haver uma eleição complementar, porque faltou a eleição de alguns suplentes, e infelizmente, para usar um linguajar bem diferente do que foi usado lá, a gestão se apropriou do processo de eleição de usuários, coordenando reunião e querendo coordenar todo o processo de escolha e, quando os representantes do movimento de saúde foram lá para tentar discutir que esse ato era extremamente irregular, porque feria a autonomia do segmento de poder encaminhar as suas próprias eleições, foram tratados com impropério, com palavras de baixo calão, palavrão mesmo, inclusive chegando até ameaça de agressão

física a representantes de usuários que estavam lá. Não bastou isso, começaram a fazer a mesma coisa com relação ao Conselho Municipal de Saúde. Eu não vou aqui dizer as palavras, mas eram palavras que não cabem, porque eram efetivamente palavrões. Desde lá, nós estamos tentando reverter, para poder fazer um processo democratizado. Já fizemos uma reunião, mas, até agora, não recebemos nada formal das reuniões que fizemos no âmbito da supervisão e da coordenadoria. Então, a gente veio colocar esse fato, inclusive agradecendo ao Sr. Secretário, que já recebeu e protocolou um ofício que lhe entregamos, mas é importante se corrigir essa questão. Para gente, isso pode ser um precedente enorme. A gente não sabe se aconteceu em outros, mas é um precedente enorme. Uma das questões que a gente acha da maior importância no SUS é a garantia do controle social com autonomia dos segmentos, de poder escolher e decidir como devem ser os seus representantes. A gente espera que tenha sido um equívoco por parte daquela direção, de ter se posicionado dessa forma, e esperamos que o Sr. Secretário possa ajudar a resolver isso, atendendo à gente, para saber, com mais detalhes, do fato ocorrido, até porque já nos procuraram, até dizendo que pelas agressões quase físicas que houve, poderiam buscar até questões legais, mas nós entendemos que o melhor caminho é sempre o do diálogo, e, nesse sentido, podemos sentar para conversar sobre esses fatos.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Anuncio a presença do nobre Vereador Rodrigo Goulart.

Agora vamos ouvir um Vereador e três pessoas do público.

Tem a palavra a nobre Vereadora Juliana Cardoso, que tem algo muito importante a falar.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sr. Secretário, primeiro agradeço a meia hora, porque acho que é importante mesmo, de fato, ouvir as pessoas que vêm aqui de longe, para poder dialogar. A primeira coisa é em relação aos dados do sistema de informação sobre nascidos vivos, que apontam, em 2018, que São Paulo teve 185 mil nascidos vivos e efetuou

99.744 cesárias, ou seja, 53%. Na rede municipal, a taxa de cesária foi de 33%, mais do que o dobro do patamar preconizado na peça da Organização Mundial de Saúde, que é de 15%. Há três anos, as obstetras estão concursadas e, desde quando S.Exa. chegou a esta secretaria, é um ponto que eu dialogo, que eu falo. Há dinheiro, há os concursos, mas, até agora, elas não foram chamadas. Então, nós já estamos finalizando esse semestre. Ontem mesmo fui a um hospital ali, onde só fazem a relação de maternidade, e lá já havia duas salas que foram organizadas agora para parto humanizado. Ali seria o ideal, além de outros locais, de terem as nossas profissionais obstetras.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – É no Butantã o hospital. Muita obrigada.

A segunda pergunta é sobre o Hospital do Tide Setúbal. É o tema mais recorrente das denúncias. A gente viu principalmente, nos jornais, notícias sobre conselheiros gestores também recentemente quanto à administração de medicação vencida para pacientes. Eu queria entender um pouco como é o seu pensamento para esse hospital, que não é de agora, mas há de muito tempo, de várias gestões, que tem uma dificuldade real. Então, já que ela está na mídia e V.Exas. têm os conselhos gestores muito atuantes, como está pensando sobre aquele hospital?

O Sorocabano continua fechado. O Vereador Natalini também fez uma audiência lá nesses dias. Como está a questão de atendimento na zona Oeste? A Prefeitura já é detentora do título da área do hospital? Os recursos do BID realmente serão instalados para abrir o Hospital Sorocabano? Quais foram os resultados que a comissão formada pela gestão dos trabalhadores do SAMU? V.Exa. entregou agora o documento. A gente vai dar uma olhada. V.Exa. poderia falar rapidamente sobre esse relatório e o que se pensou nesse sentido? Quinta pergunta: Quais foram os dados de produção de serviços de teleconsultoria, segundo a opinião formativa, SOF, e a tele-educação no ano de 2018 e no primeiro quadrimestre de 2019? Eu sei que é muito específica essa pergunta, mas ela também cabe um pouco nessa relação que a gente está dialogando com os serviços do SAMU na Cidade. E aí, já nessa mesma pergunta,

qual é a sua opinião sobre o desempenho desses programas que foram falados?

Por fim, Sr. Secretário, só para dialogar, a gente ainda continua com dificuldades na UBS do Tietê 2. Nessa semana mesmo, eu estive com uma comissão de conselheiros e de pessoas que moram ali. O que foi solicitado inclusive por V.Exa. e inclusive pela Sra. Secretária Adjunta, que foi pessoalmente na unidade, não está sendo executado. Então, a gente fica triste, porque é uma população, de fato, que precisa de um atendimento de uma unidade tão antiga ali na região.

Muito obrigada, Sra. Presidente, pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra a Sra. Flávia Anunciação Nascimento.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIAÇÃO NASCIMENTO – Boa tarde a todos. Eu sou a Flávia. Sou do Hospital do Servidor Público Municipal. Eu vou dividir em dois blocos os meus questionamentos. A gente tem uma primeira demanda, que era o SND. Um esforço de sindicato, funcionários, Comissão de Saúde da Câmara dos Vereadores, que por duas vezes estiveram lá. O empenho de todos esses atores é que hoje a gente diz que o setor será reformado, numa decisão da Secretaria Municipal de Saúde, vai acontecer a reforma do setor. E isso nos deixa extremamente felizes porque dentro do hospital era setor mais precarizado. O que acontece hoje?

Sabemos que tem uma verba que vai ser destinada para reforma, Secretário, o nosso apelo aqui hoje para o senhor, estamos aqui exatamente hoje para fazer um apelo: o local já foi todo modificado, já se colocou tapumes, se alterou todo o fluxo de trabalho lá dentro, já contando que vai entrar uma empresa terceirizada para preparar essas alimentações, terminar lá, e, mais para frente, a reforma. Com a mudança desse fluxo um local, que já era extremamente precarizado, ficou mais. Está mais. Preparar as refeições hoje lá está muito mais complicado e muito mais difícil, tanto que já tivemos dois acidentes. Uma servidora no local com a barriga queimada porque virou uma panela de comida quente no abdômen dela. Nossa apelo é que a verba que é para empresa que vai preparar a comida seja liberada o mais rápido

possível, porque esses trabalhadores ali dentro, com a mudança de fluxo... está muito ruim, está muito mais precarizado do que anteriormente. O apelo é esse: que a verba para empresa que vai servir a refeição para os trabalhadores e os pacientes seja liberada o mais rápido possível porque hoje a gente não está dando conta de entregar essa produção, sem que os trabalhadores passem por um sofrimento muito maior do que aqueles que eles já tinham quando estava tudo no normal.

A segunda coisa é em relação aquilo que o senhor falou referente à construção de uma UPA lá no HSPM. A primeira coisa que eu gostaria de ponderar com o senhor é que eu tenho 25 anos de HSPM e essa discussão precisa ser ampliada. A gente vê a notícia aqui unilateral e sem uma discussão com todos os atores, inclusive o conselho gestor do HSPM. É verdade hoje que o pronto-socorro do HSPM não dá conta de atender adequadamente nem munícipe e nem servidor, é verdade. Por mais que a gente lute cotidianamente para dar o nosso melhor a gente não consegue, mas uma UPA lá dentro, a gente continua tendo o hospital como contra referência.

A gente sabe que o movimento de saúde do Centro têm estudos e sinalizam aquilo que seria melhor. Outra coisa, não discutir a construção de um equipamento importante, o movimento de saúde sinaliza com a construção de um hospital municipal, o HSPM vai continuar tendo que dar conta do paciente que vai recorrer a UPA e o paciente da região central que não tem aonde recorrer. Mudamos o *layout* do pronto-socorro, mas não resolvemos o problema que é a falta da construção de um equipamento na região central que dê conta de atender dignamente todos os munícipes que ali recorrem.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra o Sr. Francisco Freitas, do Conselho Municipal da Saúde.

O SR. FRANCISCO FREITAS – Bom dia a todos. Eu já vou começar, costumo dizer que milagre é você plantar mamão e nascer abacaxi. Estou falando isso para dizer aonde eu quero chegar. Essa apresentação que foi feita aqui, com relação à questão básica, eu queria colocar o seguinte, queria que os Srs. Vereadores fizessem um cálculo. Você tem 50...

em execução, na primeira fase, foi colocado tudo isso e mais 94 unidades em manutenção. Depois aqui, na segunda fase, 2019/2020, tem mais a construção de 63 unidades e 87 outros. O que é esse “outros”? Oitenta e sete é um número que a gente não consegue compreender, 87 “outros”. Alguém precisa explicar o que é esse “outros”. Depois mais 150 unidades em manutenção e reformas, depois aqui, em 2020, mais 106 unidades em manutenção e reforma, ou seja, se a gente fizer essa soma você tem 350 unidades de reformas em manutenção, mais construção, mais implantação, mais isso, mais aquilo, e você só tem uma janela porque o mandato é de quatro anos. Então você só tem mais um ano e meio.

Como é que você vai fazer tudo isso? Dá uma explicação, mais a reforma de quatro hospitais? Se você não consegue entregar o hospital de Vila Brasilândia, se você não consegue concluir o hospital de Parelheiros. Como é que nós vamos resolver isso? O *slide* é legal, cabe tudo. Papel cabe tudo. Se vocês olharem, está uma maravilha. Parece que nós estamos na Suíça, o Giannazi falou do Iraque. Mas você vai andando e você não vê o quadro melhorando. Nós precisamos fazer política e é política de gestão e é de verdade.

Não é possível a gente continuar dessa maneira. Nós queremos inclusive que a prestação de contas do Conselho Municipal seja apresentada pelo Secretário, ou pela sua adjunta, que nunca aparece lá na sala do Conselho, que não faz diálogo com o Conselho e que está aí fazendo o quê está fazendo com atenção básica. Eu queria pedir ao Edson que fizesse com que a sua assessoria realmente funcione com o Conselho Municipal de Saúde. Não podemos ficar aqui só na retórica, isso é uma coisa séria. Conselho Municipal de Saúde é o conselho deliberativo, ele tem obrigação de construir a política Municipal e de fiscalizar a política Municipal de Saúde. Não queremos que a prestação de contas seja apresentada lá pela gestão participativa. Cadê os técnicos da Secretaria? Não tem mais técnicos para apresentar a prestação de contas?

E isso aqui que foi passado para nós, foi passado no dia anterior, às 17h30min. Como é que o Conselho vai sentar em cima disso e analisar e fazer um relatório, um parecer? Isso não é possível. Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra o senhor Humberto Merola.

O SR. HUMBERTO MEROLA – Boa tarde a todos, Sra. Presidente, Sr. Secretário, senhoras e senhores, eu sou Conselheiro do IPESP, zona Norte São Paulo, faço parte da supervisão Norte também, como Conselheiro. Eu vou ser direto, bem objetivo: na UBS IPESP faltam médicos, nós temos um médico só para atender lá, um clínico, precisamos de três.

De novo, eu venho falando, tive contato com o Secretário pessoalmente, nós estivemos juntos na Conferência e conversamos sobre esse assunto. Troquei e-mail particular com o senhor, fiz esse contato já particular. Protocolei na Secretaria tudo que está faltando no IPESP: parte elétrica do IPESP está ruim; reforma hidráulica está ruim; portas, mobiliário, está tudo ruim; precisa de pintura. A verba Parlamentar que foi para UBS, eu queria saber o que está acontecendo com essa verba Parlamentar do Major Olímpio, porque o seguinte: vai uma lista da supervisão Norte da Doutora Valéria, ela manda os materiais lá, e não consulta as gestoras do que está precisando.

Então não adianta mandar um monte de material com altos valores que não tem nada a ver, não tem nenhuma serventia. Falei para a gestora devolver e na UBS Ivan Berto, a caixa d'água, quatro anos o pessoal estava reclamando, eu sou recém-conselheiro, estou há pouco meses como conselheiro e, na realidade, depois de quatro anos, eu falei com o Secretário e junto com o pessoal do Conselho também, parece que já saiu a obra da caixa d'água, porém a pressão de água da caixa d'água não está chegando nos ramais, nos banheiros, na cozinha, enfim por aí afora.

Reforma da farmácia, que estou comentando já faz um tempo e perguntando. Dizem que vão ver se vão fazer. Eu gostaria de uma resposta. Todos os documentos estão com o Sr. Secretário. Faltam cadeiras nas duas UBS, eles não têm onde sentar. Mandaram uma autoclave de 25 litros. Vinte e cinco litros, 15 litros, para mim é manicure e pedicure. Desculpa falar a expressão, mas nós precisamos de uma autoclave que precisa de 100 litros. A supervisão não consulta as gestoras, ela manda e tem que engolir, não é bem assim.

A sala de odontologia está precisando de uma reforma. Estão maquiando um

pouco ela lá, mas está precisando de uma reforma. A UBS Ivan Berto precisa transformar urgente em uma UPA. Em conferência eu solicitei isso por escrito. Não adianta o Hospital São Luiz Gonzaga atender e fazer uma UPA no São Luiz Gonzaga, porque ele atende toda a região de Guarulhos, atende o pessoal de Mairiporã e toda a nossa região. O hospital Mandaqui também não atendendo e o que acontece? Então, eu gostaria de pedir.

Outra coisa, Secretário, eu gostaria de pedir também para o senhor coisas corriqueiras que não estão acontecendo na supervisão Norte. Precisei mandar um documento para o senhor, com cópia para Doutora Valéria, o crachá dos conselheiros que não tem. Sala de reunião dos conselheiros também não tem. Falta nefrologista na área da zona Norte, só tem na Vila Brasilândia e o pessoal idoso que tem mobilidade reduzida não consegue chegar até lá.

Precisamos dar transferência na verba parlamentar, por favor, é isso que eu gostaria. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra o Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI - Boa tarde a todos os componentes da Mesa, Secretário Edson Aparecido, obrigado por ter comparecido aqui e feito os esclarecimentos. Da apresentação do Secretário eu ficaria com alguns questionamentos. Primeiro em relação ao que aparece no *slide* ali na Administração Direta, a aplicação dos recursos da saúde em torno de 50,57% da rede direta. A gente tem, na verdade, metade do orçamento da saúde destinado às organizações sociais. A gente sabe que aqui no município de São Paulo teve um termo de ajustamento de conduta do Ministério Público Federal com a Prefeitura de São Paulo para melhorar, ou aprimorar, ou implementar os meios de fiscalização das OSs, os recursos que são passados para as OSs. A gente tinha quase nenhuma fiscalização, ou muito pouca fiscalização sobre esses recursos que eram destinados às organizações sociais, um serviço terceirizado na saúde.

Eu gostaria de perguntar se o Secretário poderia nos informar depois nas respostas se a Administração, o plano estratégico da Administração, é ampliar esses recursos destinados às organizações sociais da rede indireta, ou de reverter isso e diminuir, trazer tudo, a maior

parte dos recursos para a rede direta.

O segundo ponto – vou ser rápido, porque são quatro pontos – diz respeito ao Hospital do Servidor Público Municipal. A gente tem feito, Secretário Edson, várias diligências no hospital, estamos há quase três meses praticamente diariamente no hospital e ouvimos muitas reclamações da forma de atendimento do 156, como eles marcam consulta através da rede 156, que cuida da zeladoria, que cuida de tudo e cuida da saúde também, dessa marcação de exames. Então, a grande reclamação é a forma como demora o atendimento.

Aparece na apresentação o novo fluxo de atendimento do 156, mas a gente entende, Secretário, que o 156 tem que ser destinado à zeladoria mesmo da cidade, não para tratamento das pessoas que procuram para questões de saúde. Então, a gente pede para que volte a ser o que era, uma rede melhor com telefone próprio do hospital. Gostaria que o Secretário pudesse nos falar um pouco sobre esse novo fluxo.

Também, Secretário Edson, não aparece na apresentação, mas vou falar um pouquinho do hospital da zona Sul, o Hospital de Parelheiros. Estivemos em diligência, o hospital está pronto, é bonito, mas nem 20% do hospital está funcionando, só tem o pronto-socorro. As unidades estão vazias, não tem equipamento. Gostaria que o Secretário nos desse o posicionamento da data prevista do pleno funcionamento do hospital de Parelheiros, que atende uma população gigantesca na região Sul, que está sem esse atendimento.

Por último, Secretário, se o senhor pudesse nos falar um pouquinho mais do posicionamento atual do programa Mais Médicos, temos uns 50 médicos do município de São Paulo que fazem parte do programa. Estão nas UBSs de regiões mais precarizadas do município de São Paulo. Qual é o andamento desse programa, pois estamos prestes a perder esse convênio? Já estivemos com o Secretário, já fez ingerências junto ao Ministério da Saúde, gostaria que o Secretário nos posicione a respeito do andamento desse convênio.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Estava falando agora com o Secretário, que solicitou a oportunidade agora de responder às primeiras perguntas, porque senão a gente faz

pergunta uma atrás da outra. É importante, pois todas as perguntas que estão sendo feitas são excelentes, oportuníssimas e realmente é necessário melhorar muita coisa na saúde. Então, vamos dar a palavra ao Secretário para que responda às primeiras perguntas.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Não entendi, Maria do Socorro, qual unidade você falou? Você falou Itaquera e Parque do Carmo?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Não? Então, tá bom. A.E. Carvalho. Vou ver aqui e depois respondo.

Nós temos um problema aqui – vamos tratar de um primeiro problema – que várias pessoas falaram, inclusive erroneamente. Foi dito que o município, em comum acordo com o estado, está fechando as portas dos prontos-socorros estaduais. Isso é uma mentira. Mentira. Por quê? Quem é mais pressionado com o fechamento dos prontos-socorros do estado é a nossa rede municipal. Como é que a gente pode concordar com um negócio desse? Quando fechou o Santa Marcelina, as pessoas foram bater aonde? No Planalto. Foram bater no Cidade Tiradentes. Quando fechou o Penteado, na zona Norte, foram bater aonde? Foram bater em Pirituba. Quando fechou agora o Mandaqui, quem inclusive esteve numa audiência com o Ministério Público foi a nossa equipe, para exatamente dizer da gravidade que estava acontecendo na cidade. A UPA Santo Amaro está explodindo, porque fecharam o hospital regional da zona Sul. Fecharam a conta referência do hospital do Grajaú. As pessoas batem aonde? Batem na unidade do município. Então, como podemos concordar que o fechamento dos prontos-socorros do estado seja algo em que a gente participa da decisão?

Ao contrário, ao contrário, ao contrário. Tivemos audiência com o Ministério Público e com o estado aonde nós colocamos a nossa posição e isso vai agravar muito a situação das nossas unidades básicas e dos nossos hospitais na cidade, se continuar esse movimento. Então, nós somos completamente contrários, inclusive falei para o Secretário semana passada, vamos ter uma nova reunião agora. A pressão não é só essa, Presidente? Hospital do Campo Limpo, 30% é Itaparecerica, Taboão da Serra, Embu das Artes; o Hospital Cidade Tiradentes,

30% é Rio Grande da Serra, é Santo André, é Ferraz de Vasconcelos, é Poá. Como as unidades nossas trabalham de porta aberta, quem bate na nossa porta a gente coloca para dentro para ser atendido, é isso, está nos pressionando. É evidente. Então, isso é uma coisa que eu acho que a Câmara, Vereador Gilberto, tem que ajudar e entrar nisso também, junto com a Assembleia. Isso está sobrecarregando demais a nossa rede. É uma coisa extremamente grave. Quando deu o colapso da saúde em Guarulhos as pessoas atravessaram o rio e foram no Ermelino Matarazzo. Só num dia tivemos 120 pessoas no pronto-socorro. Então, como é que o município pode concordar com um negócio desse? Então, isso não corresponde à verdade e tem que haver um trabalho conjunto da Câmara, da Assembleia, da Secretaria Municipal, do Conselho Municipal de Saúde, de todo mundo. Isso só vai se agravar, só vai se agravar.

A questão que foi colocada aqui do Tide, nós vamos compactuar, fechar os olhos a erro médico que tenha acontecido em qualquer unidade nossa. É apuração imediata, é apuração rígida, tanto é que já instalamos, no caso do Tide. Embora cinco mulheres já tenha sido reposto o medicamento, uma outra também já foi reposta, das sete, mas nós não vamos compactuar com erro médico. Errou, vai ter processo, não só da Secretaria, mas do CRM, que é o órgão que tem que cuidar.

Essa questão da UBS Cambuci vou dar uma olhada, eu não estava sabendo disso. Agora o pessoal acabou de me entregar a solicitação do que ocorreu, então vamos tentar apurar para ver o que pode ser feito. Acho que a maior questão é... Para nós é importante que haja uma disputa saudável, mas que isso não inviabilize o controle da sociedade. Então, Leandro, vamos depois marcar... Vou pedir ao conselho municipal, junto com...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Foram repostos. Eu confirmo agora e a gente passa, pode deixar.

A questão, Juliana, das obstetras. Nós, inclusive, conseguimos reduzir a mortalidade infantil para 11,02%; a neonatal está em 10,8%. Fizemos um acordo com a

Beneficência Portuguesa, estamos fazendo 20 cirurgias cardíacas pediátricas na cidade, o que é uma coisa extremamente importante para as crianças acima de 28 dias, extremamente importante para exatamente a gente buscar reduzir a mortalidade infantil na cidade.

A questão das obstetritas, você tem razão, solicitamos à Secretaria da Fazenda, que tinha o compromisso de nos liberar até final de abril, começo de maio. Então, liberando recurso, nós vamos fazer a contratação. Mas, isso é importante para nós e consta no Plano de Metas do Município, então, estamos do mesmo lado da mesa no sentido de que isso seja resolvido.

Quanto ao outro assunto que você falou, poderíamos marcar uma reunião da Câmara, da comissão de saúde, com o conselho gestor do hospital Tide Setubal, estou disposto a fazer isso. Vamos sentar com o pessoal. (Palmas) Vamos inaugurar a UPA, está pronta, já liberamos recursos para equipar e contratar o pessoal. Isso vai ajudar muito, mas a gente marca, então, essa reunião com o conselho gestor.

Sorocabana. O Sorocabana não está no BID, já solicitamos ao Governo do Estado. O município fez isso formalmente ao estado. Está na Procuradoria Geral da Secretaria Estadual de Saúde. Estamos fazendo uma troca, regularizaríamos o equipamento, o terreno deles aqui, Gilberto me lembra, do Dante Pazzanese e ele nos passa o Sorocabana para que possamos fazer a sua implantação. Não pudemos colocar o Sorocabana no BID, porque não era formalmente do município, senão teríamos colocado. Ele não é de propriedade do município. Então, precisamos que a Secretaria de Estado libere definitivamente essa troca de área, porque aí isso vem para o município e fazemos a operação de instalação do hospital, que precisa ter a participação do estado e da União. Sozinho o município de São Paulo não implanta um hospital daquele.

A questão da tele-educação, como é uma rubrica importante, Juliana, no BID, valeria a pena, inclusive, ter uma apresentação do que a gente formulou com o BID nessa área. É extremamente importante, fizemos uma reformulação grande na escola. A gente poderia, Edir, é uma sugestão, fazer uma coisa específica, extraordinária, da comissão, só para

tratar desse tema, porque a gente vai poder ter um ganho. Essa questão tem de se juntar à questão da telemedicina, que está no BID e à questão do prontuário eletrônico, que também está no BID. São três coisas que têm que caminhar juntas, porque eu acho que se a gente conseguir fazer, acho que valeria a pena trazer os técnicos que estão vendo isso, para que pudéssemos fazer uma reunião com os vereadores da comissão, específica sobre isso.

Tietê. Vou arrancar os cabelos, porque já nos reunimos dez vezes, a Edjane foi lá, tem um problema...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Bom, então... Isso eu não sabia. Agora, eu acho que ali também, se for o caso, a gente faz uma nova reunião, ali claramente tem uma disputa política. É natural isso ocorrer na cidade, não tem problema nenhum com relação a isso, porque a gente realmente se debruçou sobre isso. Eu me reuni várias vezes, a Edjane foi lá, a coordenadora foi lá, quer dizer...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Não, eu não fui, a Edjane foi. Mas, na Secretaria eu recebi vocês. Liberou o recurso? Liberou o recurso, então tá.

Freitas, é o seguinte: está assinado com a Caixa, nós já estamos licitando os quatro projetos de reforma do hospital. As 85 unidades que estamos reformando já estamos entregando e as UPAs, a mesma coisa. Tudo que ficou parado ao longo do tempo estamos entregando. Já temos orçamento de todas elas, eu deixo aqui com a comissão e foram levantadas pela secretaria. Todas que iremos reformar, são as que estavam em pior estado. Então, essas nós vamos reformar e tem recursos para fazer isso, não depende de recurso federal, não depende do BID, é recurso da Secretaria. Nós vamos fazer, não sei por que não fazer. E sobretudo fazer no acolhimento, porque o maior problema que a gente tem nas nossas unidades é quando a pessoa chega, e não tem um bom acolhimento, uma boa área onde a pessoa possa esperar a sua consulta. Então, estamos fazendo, como vocês viram no Antonieta, exatamente isso. Não tem nada de *layout*, as coisas estão acontecendo. Ah não,

layout foi a outra menina, a Flavia. Nós já temos a empresa, foi feita a emergência para a contratação da empresa que vai fornecer a alimentação, três milhões e oitocentos. A reforma é seis milhões, deve aprovar amanhã, então isso está bem encaminhado, não tem problema nenhum. É evidente, como foi dito por ela, tem que se ter todo o cuidado possível, tal.

Agora, o Hospital do Servidor, além de há algum tempo passar a abrir suas portas para atender a população e hoje o Pronto-Socorro atende, está nos números, está aqui na apresentação que vocês vão ter, 62% são municípios da Cidade. Então precisamos separar isso no Pronto-Socorro, a reforma que vamos fazer de 13 milhões é exatamente para isso. E tendo o atendimento do município pelas três UPAs que vamos colocar ao lado, vamos poder fazer a distribuição desses pacientes na área central da Cidade de uma forma mais organizada que não temos hoje.

Também o HSPM está pressionado porque a Santa Casa fechou o Pronto-Socorro e as pessoas vão bater no HSPM. O Hospital São Paulo está fechado, não fecha, o ICESP fechou a sua porta do Pronto-Socorro e as pessoas vão para o HSPM. Esse é o problema que estamos vivendo.

Esse modelo que vamos fazer é o melhor? Não sei. Talvez não seja, mas é o possível agora. É uma atitude para desafogar o Hospital hoje. Fui lá esta semana visitar, inclusive, o restaurante. E se Deus quiser vamos fechar o restaurante para iniciar a reforma e já está contratada. A outra, vamos discutir, mas achamos que o melhor mecanismo...

A SRA. JULIANA CARDOSO – Secretário, com relação ao restaurante, vai fechar só para a reforma e terminando vai reabrir?

O SR. SECRETÁRIO – Claro. Seis meses, a obra são seis meses. O contrato para fornecimento da refeição é de seis meses. Então tenho de terminar a obra em seis meses. Não dá para serem sete. Temos de começar e a partir desse momento terminar a obra.

Giannazi, Parelheiros. Nós pegamos a obra que não estava terminada, dia 02 de janeiro, e terminamos a obra física do Hospital. Estão liberados já, os recursos já estão na Secretaria da Saúde, 47 milhões para comprarmos os equipamentos.

Agora, aquele Hospital tem de ser um campus universitário porque é muito grande. Aquele é um Hospital que não era para ser da Prefeitura. Era para ser um Hospital Regional do Estado, para atender uma região muito maior porque a Prefeitura sozinha não consegue sustentar um Hospital daquele tamanho. Não tem dinheiro para fazer isso, para ocupar tudo aquilo.

Então precisamos fazer parceria. Pedimos para o Governo do Estado ajudar. Eu e o Prefeito estivemos com o Ministro e pedimos para o Governo Federal ajudar, porque aquilo que deveria ser a obrigação do Município - a atenção básica - não fazemos isso há muito tempo. Aqui na cidade de São Paulo se faz média e alta complexidade, o Hospital de maior índice de transplante de fígado infantil é o Menino Jesus e quanto tem de recurso do Governo Federal? Praticamente nada.

Quer dizer, ou muda essa lógica ou então... Lá conseguimos liberar os 47 milhões para comprar o equipamento e começar a equipar o Hospital. Fizemos várias reuniões com os movimentos sociais da região e combinamos com esses movimentos um processo de implantação do Hospital em 18 meses. Isso foi combinado dentro do Hospital com os movimentos sociais. Agora iniciamos um trabalho que é mais custoso, o custeio do Hospital que estamos discutindo com o Governo do Estado.

Na questão do controle das OSs, para terminar, o Governo fez um decreto, hoje existe uma Comissão muito mais ampla que não é só Secretaria de Saúde e renegociamos os contratos de OS. Já estávamos fazendo isso, quando entrei esse Departamento da Secretaria tinha cinco pessoas, hoje tem 32 pessoas, não é o suficiente ainda, lógico, mas acho que sem dúvida nenhuma temos um nível de controle e o que temos de discutir é a questão dos indicadores. Se não melhorou o indicador não tem jeito. O cara não cumpriu aquilo que está no contrato não tem jeito, tem de glosar.

Outra coisa, existe uma lógica sempre de discutir a questão da Saúde na ponta pelas unidades. Temos de passar a discutir isso pelo território, fazer essa lógica da unidade básica e dos vários equipamentos, seja de idoso, junto com a rede hospitalar. Têm hospitais do

Estado que achamos que seria melhor serem do Município. O Hospital de São Mateus, de Taipas era muito melhor serem do Município do que do Estado, porque são mais próximos da comunidade, que nos atende a Unidade Básica, o AMA, a UPA que tem na região. Essa é uma discussão que estamos fazendo, agora não dá para bancar tudo.

SAMU. Juliana, Gilberto, Giannazi, Vereadores, precisávamos nos debruçar com o relatório e ver o que fizemos de errado e o que temos de corrigir. Ir fazendo isso coisa por coisa, estamos aqui para isso.

E finalmente, o Mais Médicos. Estive com o Ministro anteontem, em Sorocaba. De novo, falei para ele que não podemos perder esses 43 médicos que fazem parte daquela portaria 12. Disse a ele: Ministro, quem paga esses médicos somos nós, é a Prefeitura que paga integralmente. São médicos que estão na periferia da Cidade. Eu não consigo substituir esses médicos.

E mais, são pessoas que estão treinadas há mais de três anos. Treinar um médico para ir para a periferia da Cidade leva três anos. O Ministro marcou comigo, quarta-feira que vem, estou indo com toda a equipe dele, já dei na mão dele ontem a revisão da portaria do Ministério, para permitir é só renovar o termo de cooperação com a Prefeitura.

Esperamos, se Deus quiser, na terça-feira, tenha essa decisão do Ministério da Saúde para podermos tranquilizar os médicos. Mas mais do que tranquilizar os médicos, tranquilizar a sociedade, as unidades e tranquilizar a Secretaria. É uma dor de cabeça que não precisamos ter até porque o recurso está no orçamento. Não é dinheiro novo, o recurso está depositado já na Prefeitura.

Então quarta-feira tem audiência com o Ministro para tentarmos rever essa posição do Ministério. Não é culpa nossa, mas tem de ser revisto porque senão isso vai ser um prejuízo para a Cidade muito grande. Não será pequeno.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Vamos ouvir agora o Sr. Leandro de Oliveira, Coordenador da Comissão Executiva do Conselho Municipal da Saúde.

O SR. LEANDRO DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Tenho algumas questões

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17548 DATA: 29/05/2019 FL: 29 DE 36

aqui que quero dirigir ao Secretário Municipal de Saúde, cumprimentando a Mesa também, na pessoa da Vereadora Edir Sales.

Secretário, 56% do orçamento dos recursos da Saúde já foram gastos nesse primeiro quadrimestre. Temos ainda dois para investir na Saúde, a pergunta é: como vai fazer isso, sendo que 53% dos recursos já foram gastos, só as organizações sociais consomem por volta de quase 2 bilhões em cada quadrimestre.

Outra questão é em relação ao resto a pagar. Não vimos aqui na apresentação e a pergunta é como vocês estão tratando os restos a pagar do ano passado, 2018.

Outra, a questão da auditoria. Pela lei 141, no seu Art. 35, também prevê a questão da auditoria interna e externa, inclusive, quais são as determinações da Secretaria em relação às questões a serem orientadas após a auditoria.

Outra questão que quero rapidamente fazer é a questão do BID. Havia um compromisso do Secretário em fazer um pleno extraordinário para tratar do BID. Estamos aqui publicamente lembrando esse compromisso e peço ao Secretário que faça essa apresentação até para que saibamos onde serão aplicados os recursos do BID, inclusive, com o compromisso para podermos acompanhar e saber direitinho.

São essas as questões.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra a Sra. Ana Rosa Garcia da Costa.

A SRA. ANA ROSA GARCIA DA COSTA – Boa tarde a todas e todos, Ana Rosa Costa, sou militante da Saúde desde 80, estou no Conselho Gestor do HSPM, represento a CUT São Paulo e o Sindsep e sou Presidenta do Conselho de Mulheres de São Paulo.

Quero fazer minhas as palavras das companheiras Flávia e Selma, porque é um absurdo o que está acontecendo, Secretário. A UPA Santo Amaro, que é da Santa Catarina, tinha até pouco tempo atrás, uma semana praticamente, enfermarias mistas do pessoal da psiquiatria. Sabemos que são incapazes perante a lei.

Agora, pergunto a esta Mesa, estou vendo que tem pessoas católicas, evangélicas,

quem vai pagar, garantir o aborto em caso de gravidez de uma dessas senhoras que estão internadas em unidade nossa, responsabilidade nossa, do Secretário diretamente. Quem pagará e quem custeará esses abortos? São incapazes.

E descobri que não é o único hospital, ou melhor, UPA, que está acontecendo isso. Lá eu bati o pé junto com o Movimento de Saúde da Região e conseguimos reverter. E os outros locais? Fiscalizem o local de vocês porque pode estar acontecendo. É uma cara de pau de dizer assim: não tem problema. Como não tem problema? Eu vi homem e mulher sentados na mesma maca. Sabe Deus o que acontece de madrugada quando a equipe diminui. É um absurdo isso. Temos de lutar com isso.

Outra coisa, o relatório muito pobre, Secretário. Acho que um dos mais pobres que já vi. Não tem dado. O Leandro lembrou bem, é obrigatório a auditoria vir, os relatórios das auditorias do SUS, é obrigatório estarem anexadas ao relatório do quadrimestre. E tem de falar de restos a pagar sim, porque o resto a pagar do ano passado que foi cancelado tem de voltar em forma de verba para ser gasta este ano. Então é um problema grave.

Não preciso dizer que o dinheiro foi para as OSs.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Para concluir, por favor.

A SRA. ANA ROSA GARCIA DA COSTA – Aliás, a Santa Catarina que é da minha região está ganhando 100% da verba. E mantém uma UPA que chamamos de UPAMA. A senhora me perdoe, eu vou passar um pouquinho porque isto é gravíssimo. Essa UPAMA, que não é UPA, é AMA, tem um leito de observação adulto, um infantil e metade do prédio está abandonado sem ser ocupado. E paga-se 60 mil reais por mês a essa Unidade, porque ninguém aluga metade do prédio.

Então estou denunciando aqui e gostaria que a Comissão averiguasse isso. Acredito que vocês não vão ser coniventes com uma barbaridade dessas. É dinheiro pelo ralo e sem usar. As outras me reservo o direito de falar em outro momento.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra a Sra. Ivaldina Ferreira Veloso Felix.

A SRA.IVALDINA FERREIRA VELOSO FELIX – Boa tarde a todos e a todas, à Mesa, sou Ivaldina, Conselheira do CAPS Infantil Juvenil de Cidade Líder e Parque do Carmo, Itaquera e também da Supervisão de Itaquera.

Estamos aqui como sociedade civil. Temos problemas sérios na região, por exemplo, o CAPS, o local, o espaço é inadequado. Um profissional atende e espera o outro para atender. Já falamos para o Santa Marcelina e eles alegam que não têm dinheiro.

Então agora estamos pedindo encarecidamente aos Vereadores que tratam da LDO no final do ano, que façam com que essas UPAS e esses CAPS, por exemplo, tenham locais adequados para o tratamento de pessoas com doenças mentais, saúde mental.

Também a UBS Jardim Brasília, sou usuária e lá aquela última enchente alagou todos os consultórios de baixo. Há um córrego atrás e quando enche vai para lá mesmo.

A UPA de Itaquera está superlotada porque o Santa Marcelina fechou as portas para aquele atendimento do dia a dia. Uma região com tanta precariedade e está fechado o Santa Marcelina, com o portão abaixado e a população sem atendimento vai para a UPA que não tem mais lugar.

Então gostaríamos que os nossos representantes Vereadores e Vereadoras, o Secretário de Saúde, que dessem atenção. Precisamos de médicos no CAPS. Médico tira licença porque está adoecendo, trabalha demais, não tem funcionário. Aí ficam cinco, seis pessoas, médicos de licença ou de férias e a população fica a ver navios.

Está muito séria a situação da Saúde. Pelo amor de Deus e dos homens que entendem, que sabem, que estão com o poder, averiguem essa situação. Ou vamos ter de chamar a imprensa em todos os lugares. Temos de ter cuidado com isso. Aqui são autoridades, foram votados para isso.

Secretário, nós temos todo o respeito, mas gostaríamos que os senhores e senhoras nos respeitassem como sociedade civil. Como cidadãos e cidadãs.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra o Vereador Natalini.

O SR. GILBERTO NATALINI – Sra. Presidente, falaram três. São três e um, não é isso?

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – São três e um.

O SR. GILBERTO NATALINI – Falaram três. Sra. Presidente, a senhora é quem sabe. Eu estou com a palavra?

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Está com a palavra, porque falou também o Leandro, então nós computamos três com o Leandro.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. GILBERTO NATALINI – Sra. Presidente, eu vou fazer o seguinte: eu não vou usar a palavra e vou abrir meu tempo para as pessoas falarem. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Obrigada, Natalini.

Sandro Xavier Bezerra.

O SR. SANDRO XAVIER BEZERRA – Boa tarde. Eu sou Sandro, sou membro do Conselho Deliberativo Fiscalizador da Autarquia.

Temos um problema sério, Sr. Secretário, temos a história do rabo balançando o cachorro, porque nós reclamamos muitas vezes da diretoria, da falta de gestão no Tide Setúbal e simplesmente o Dr. José Guilherme, que é chefe de gabinete, fala que não pode tirar, mesmo com todos os desmandos do diretor do Tide, não pode tirar porque ele já foi Secretário de Saúde. Fica difícil! Foi Secretário de Saúde do Pitta e eles não podem tirar, têm que manter ele.

Outra coisa que nós queremos saber é da inauguração da UPA da Pires do Rio, que já tem dois anos que está pronta. O Doria fechou, roubaram encanamento, roubaram extintor, roubaram tudo nesse meio tempo. Nós queremos saber se vão fazer a mesma coisa agora, porque as marcelinas até agora não inauguraram. Quer dizer, inauguraram a entrega, mas não passaram nada para a gente.

Outra coisa que a gente quer saber do Dr. Milton Ferreira é a verba dos elevadores que o Dr. Carlos falou que o senhor tinha mandado para o Tide; falou que essa verba já estava

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17548 DATA: 29/05/2019 FL: 33 DE 36

pronta, já estava assinada para que reformasse os elevadores. Porque os elevadores são assim: tem uma cirurgia, você põe o paciente dentro do elevador, o paciente simplesmente não vai fazer a cirurgia, porque o elevador para e tem que chamar a empresa, que fica longe, para tirar a pessoa do elevador.

Outras coisas que acontecem no Tide: eu tenho um problema também no joelho e, ao passar no médico, o médico foi questionado pelo diretor do hospital por me dar atestado médico; mesmo eu tendo problema, foi questionada a conduta dele porque essa questão que estava sendo mascarada e disfarçada dentro do Tide Setúbal quem denunciou fui eu, como membro do Condefi. (Palmas)

Foi feita a denúncia, agora estou sofrendo perseguição, como a minha amiga Rose também está, o Josias, que é do gesso e mais cinco, segundo a diretoria, vão ser cassados e vão ser retirados do Tide. Nós temos um governo que, em vez de transparência, faz perseguição. A gente não pode sofrer esse tipo de assédio. O pessoal está no conselho gestor para controle social. Eu estou no conselho deliberativo para controlar as ações em todos os hospitais, e nós temos as mãos atadas porque as pessoas fazem dessa forma. Eu não quero ser perseguido por dizer e por mostrar a verdade. Muitas vezes o senhor não deve saber, e as pessoas escondem.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Agora vamos dar a palavra para o secretário responder a algumas questões importantes, porque às 15h encerra.

Já estamos combinando de fazer a próxima prestação de contas às 12h, porque aí tem três horas para responder; às 13h, é muito pouco tempo. A Vereadora Juliana já havia solicitado isso.

Tem a palavra o Vereador Milton Ferreira

O SR. MILTON FERREIRA – Sra. Presidente, eu fui mencionado, então rapidamente quero me posicionar. Nós, vereadores, somos cobrados diariamente na periferia onde nós atuamos, principalmente na área da saúde, que é uma área crítica, em que falta,

mesmo trabalhando, a questão de recurso e assim por diante.

O Hospital Tide Setúbal eu acompanho de perto, já trabalhei lá muito tempo. A inauguração do AMA Cidade Nova, que era uma demanda de dez anos, foi até um avanço, porque está ajudando a desafogar o pronto-socorro, que estão indo para essa UBS Cidade Nova. Agora, com a UPA que vai ser inaugurada, nós temos um avanço, um passo adiante na saúde pública na região.

O senhor falou das emendas parlamentares, como outro senhor falou. Eu tenho emendas parlamentares ali no Jardim Etelvina, Jardim Aurora e Fanganello, que são UBSs que estavam em péssimas condições, eu estou acompanhando as obras. Então o vereador faz a rubrica, mas o dinheiro fica na Secretaria e também na Secretaria de Governo, que faz a liberação mediante projeto aprovado. Então tem esse trâmite, essa é a demora que às vezes as pessoas estão angustiadas e querendo que saia, mas tem que aguardar esse trâmite. Esse é o trabalho do vereador.

As pessoas questionam: o vereador é da base? Não, eu sou da base do povo. Eu sou uma pedra no pé do governo, que eu estou diariamente cobrando o que tem que fazer para a população, fazer valer os direitos. As pessoas pagam impostos, têm que ter seus direitos cobrados à altura. Esse é o meu posicionamento.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Eu solicito ao Secretário fazer uma resposta rápida e, na próxima audiência pública, ele fará a apresentação de novo. Nós vamos marcar às 12h.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS - Só uma sugestão minha aos vereadores: fazer a reunião do conselho do Tide no dia 14 às 9h, na Secretaria. Está bom? Mas com o conselho gestor do Tide, não é reunião aberta.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Dia 13.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Dia 13 vou reunir com o conselho gestor do Tide Setúbal e com os vereadores.

Giannazi, aqui está o balanço. Nós implantamos um sistema novo do 156 do Hospital do Servidor. Eu vou passar para a Comissão. A gente conseguiu uma evolução bastante significativa, nesta semana, com a implantação do sistema novo. Eu vou deixar com vocês inclusive um levantamento de como se distribuiu o atendimento, isso tudo.

Acho que é basicamente isso. O restante a gente manda por escrito.

A SRA. - Relatório do Samu não vale, porque nós estamos ainda construindo junto com a Comissão, de que fazem parte trabalhadores, sindicato e governo. Nós estamos, a Comissão, construindo. Então é só a visão da Secretaria e nós estamos fazendo a complementação. Isso é muito importante.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – O relatório inclui a posição de todo mundo. A questão do (ininteligível) político do sindicato, não é o relatório técnico.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Muito obrigada.

A próxima reunião nós marcamos às 12h.

Está encerrada a sessão. Muito obrigada, Secretário.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17548 DATA: 29/05/2019 FL: 36 DE 36
